

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.770.027 - DF (2018/0253767-4)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : MAIS COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA -
MASSA FALIDA
ADVOGADO : MONICA RAIMUNDO CABRAL VITORIANO -
ADMINISTRADOR JUDICIAL - DF027084
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO FALIMENTAR. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. FGTS. NATUREZA TRABALHISTA. CLASSIFICAÇÃO COMO CRÉDITO PRIORITÁRIO.

1. As verbas indenizatórias, inclusive as relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), possuem natureza salarial, devendo, portanto, serem classificadas, no processo de falência, como crédito prioritário trabalhista.

2. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por MAIS COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - MASSA FALIDA com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição da República contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (fl.):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. FGTS. EQUIPARAÇÃO AO CRÉDITO TRABALHISTA. APLICAÇÃO DO ARTIGO 2º, § 3º, DA LEI N.º 8.884/94. MULTAS APLICADAS EM DESFAVOR DO EMPREGADOR. CLASSIFICAÇÃO COMO CRÉDITO SUBQUIROGRAFÁRIO.

1. Os créditos relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) são equiparados, pelo artigo 2º, § 3º, da Lei n.º 8.844/94, aos créditos trabalhistas, os quais tiveram seu pagamento limitado, pelo artigo 83, inciso I, da Lei 11.101/05, a 150 salários mínimos por credor.

2. As multas estão respaldadas pelo artigo 83, inciso VII, da Lei n.º 11.101/05 e devem ser classificadas como créditos subquirografários, pois não se pode atribuir a penalidade imposta ao empregador a mesma natureza alimentar e trabalhista do FGTS.

3. Agravo provido.

Superior Tribunal de Justiça

Consta dos autos que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios interpôs recurso de agravo de instrumento contra decisão proferida pelo Juízo da Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal que, nos autos do Pedido de Habilitação de Crédito n.º 0727378-77.2017.8.07.0015, entendeu que os créditos derivados da legislação do trabalho incidem no art.83, inciso I, da Lei n.º 11.101/2005.

O Tribunal de Justiça Distrital deu provimento ao recurso conforme a ementa acima transcrita.

Em suas razões de recurso especial, a recorrente alegou violação aos arts. 83, inciso I, da Lei n.º 11.101/2005, e 449, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho, sob o argumento de que as verbas derivadas da Justiça do Trabalho possuem caráter indenizatório, razão pela qual as multas previstas nos arts. 467 e 477, ambos da CLT, bem como a multa de 40% (quarenta por cento) do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), devem ser classificadas como crédito prioritário trabalhista. Acenou pela ocorrência de dissídio jurisprudencial. Requereu, por fim, o provimento do recurso especial.

Houve apresentação de contrarrazões às fls. 177/190.

O Ministério Público Federal ofertou parecer às fls. 207/210.

É o relatório.

Passo a decidir.

A controvérsia posta nos presentes autos, cinge-se em analisar como de vem ser classificadas as verbas de natureza indenizatória oriundas da Justiça do Trabalho no processo de falência.

Conforme destacado no parecer do eminente Subprocurador-Geral da República, Dr. Antonio Carlos Martins Soares, há posicionamento no âmbito do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que as verbas indenizatórias trabalhistas devem ser classificadas no processo de falência como crédito prioritário.

A propósito:

***AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
FALÊNCIA. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. MULTAS. INCLUSÃO.***

Superior Tribunal de Justiça

POSSIBILIDADE. LAUDO PERICIAL. NECESSIDADE. REEXAME FÁTICO. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. A necessidade de produção de laudo pericial, consoante dispõem os arts. 9º, II, e 12 da Lei nº 11.101/2005, é mera faculdade a ser avaliada no caso concreto, o que encontra óbice na Súmula nº 7/STJ.

2. As verbas indenizatórias, como por exemplo, multas, possuem natureza salarial e devem ser classificadas, no processo de falência, como crédito prioritário trabalhista. Precedentes do STJ.

3. Agravo interno não provido. (**AgInt no AREsp 190.880/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 02/09/2016**)

PROCESSO CIVIL. FALÊNCIA. FALIDA. ISENÇÃO DE CUSTAS. ART. 208 DO DL Nº 7.661/45. NÃO INCIDÊNCIA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. INCIDÊNCIA AUTOMÁTICA. INEXISTÊNCIA. PEDIDO. MOMENTO. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. MULTAS. INCLUSÃO. POSSIBILIDADE. DISPOSITIVOS LEGAIS ANALISADOS: ARTS. 23, PARÁGRAFO ÚNICO, III, 25, §3º, E 208 DO DL Nº 7.661/45, 2º E 4º DA LEI Nº 1.060/50; E 449, § 1º, 467 E 477, § 8º, DA CLT.

1. Habilitação de crédito em falência ajuizada em 10.12.2008. Recurso especial concluso ao gabinete da Relatora em 08.08.2013.

(...)

6. As verbas indenizatórias, como por exemplo, multas e horas extras, possuem natureza salarial e, portanto, devem ser classificadas, no processo de falência, como crédito prioritário trabalhista, sob pena de violação do art. 449, § 1º, da CLT.

7. Recurso especial não provido. (**REsp 1395298/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/03/2014, DJe 18/03/2014**)

Ante o exposto, com base no art. 932, inciso V, do CPC/15, conheço e dou provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator